



## ESTUDOS DE GÊNERO NOS CONTEXTOS ESCOLAR E POLÍTICO\*

Rafaela Silva Lionardo<sup>1</sup>

Luiz Antonio de Oliveira<sup>2</sup>

### Considerações iniciais

O presente trabalho tem como proposta mapear o campo temático dos estudos de gênero no contexto escolar e político, com recorte em produções de estado da arte dos anos de 2001 a 2017, pretende a partir da Scientific Electronic Library Online – SciELO, bem como, realizar revisão sobre o que se tem pesquisado sobre gênero no Brasil, na perspectiva escolar e política, de forma a se salientar os tipos de investigação, processos metodológicos e fontes. O tipo de pesquisa e a base de consulta justificam-se pelo fato de que os periódicos “vem-se tornando possível a comunicação formal dos resultados de pesquisas originais e a manutenção do padrão de qualidade na investigação científica” de acordo com Gil (2008, p.62), e por SciELO por possibilitar o acesso a produções de diferentes periódicos científicos brasileiros.

A importância de considerar o estado da arte é explicitada por Soares e Maciel (2000), quando indicam alguns caminhos que se deve considerar para evidenciar “categorias que identifiquem, em cada texto, e no conjunto deles as facetas sobre os quais o fenômeno vem sendo analisado” (SOARES; MACIEL, 2000, p.04).

É uma tipologia de pesquisa que possibilita o contato com as várias leituras a respeito das pesquisas, não existindo consenso metodológico para rea-

---

\*DOI – 10.29388/978-65-86678-78-9-0-f.59-82

<sup>1</sup>Mestranda do Programa de Pós-graduação em Educação da UENP (PPed/UENP). rafaelalionardo@hotmail.com.

<sup>2</sup>Doutor em Educação. Centro de Ciências Humanas e da Educação (CCHE) da Universidade Estadual do Norte do Paraná – Campus de Cornélio Procópio. luizantonio@uenp.edu.br.

lizar este tipo de estudo. No caso em tela, trata-se de uma tentativa de detalhamento das pesquisas de gênero com foco no contexto escolar e na política. Selecionou-se como recorte temporal os anos de 2001 a 2017.

Num primeiro momento procurou-se identificar as contribuições das pesquisas de revisão da literatura/estado da arte já realizadas sobre o tema, e, apreender os fundamentos e processos de construção de tal procedimento e dos resultados apontados nas pesquisas anteriores. Em seguida, foram analisadas mais recentes e não identificadas em revisões de literatura na biblioteca SciELO.

Deste modo, a questão norteadora encontra-se embasada na revisão sistemática como método, que se permite apropriar-se da produção já existente a respeito do tema/objeto de pesquisa, e foi assim expressa: como a questão de gênero tem sido abordada nas pesquisas enquanto relações de poder perspectivadas na realidade escolar (contexto escolar) e na ocupação do espaço político pelas mulheres?

Assim, o objetivo do estudo é explorar o campo temático na produção científica para conhecer o debate acumulado, de forma a se salientar os tipos de investigação, processos metodológicos e fontes. O que se efetivou por meio dos seguintes objetivos específicos: analisar as produções de revisão da discussão sobre gênero na biblioteca eletrônica Scielo, de forma a revelar os posicionamentos dos autores nos estudos de gênero no Brasil quanto à temática, indicados em revisões da literatura já realizadas; analisar as pesquisas dedicadas ao estudo de gênero, na perspectiva escolar e no campo da atuação política e seu impacto nos processos eleitorais.

## **O que revelam as revisões sistemáticas referentes aos estudos de gênero no Brasil?**

Na presente seção relatam-se as descobertas de breve incursão em seis revisões da literatura encontradas na plataforma Scielo. Os estudos analisados são: Caminhos cruzados: educação e gênero na produção acadêmica (ROSEMBERG, 2001); Gênero e feminismo no Brasil: uma análise da Revista Es-

tudos Feminista (DINIZ; FOLTRAN, 2004); Gênero, sexualidade e educação formal no Brasil: uma análise preliminar da produção acadêmica entre 1990 e 2006 (VIANNA; CARVALHO; SCHILLING; MOREIRA, 2011); Teses e dissertações sobre gênero e desempenho escolar no Brasil (1993-2007): um estado da arte (CARVALHO, 2012); Gênero, sexualidade e políticas públicas de educação: um diálogo com a produção acadêmica (VIANNA, 2012); Gênero, Ciência e Tecnologia: estado da arte a partir de periódicos de gênero (FREITAS; LUZ, 2017).

Rosemberg (2001) realizou revisão de literatura, “[...] incitada a visitar o tema para um balanço sobre os aportes dos estudos de gênero em face dos dilemas da educação brasileira” (ROSEMBERG, 2001. p. 49), com recorte temporal na década de 1990, justificada por pretender entender se a referida década teria alterado o cenário da anterior quanto à discussão do tema no período anterior.

Como base de seleção do material analisado temos: teses e dissertações de programas de Educação filiados à Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPEd); o diretório de pesquisa quem pesquisa o quê em Educação: 1998; e seis coleções de revistas especializadas em Educação e Estudos Feministas (de gênero). Segundo Rosemberg (2001), o material encontrado na ANPEd, basicamente evidenciava a existência de uma

Produção feminina: 92,3% de teses/dissertações são de autoria de mulheres, percentagem que cai para 70% quando se focalizam orientadoras. Esta diferença entre autoria e orientação, possivelmente, reflete características da dominação de gênero do mercado de trabalho: em se tratando de uma área de atuação com predomínio de mulheres, “homenscoringa” galgam, rapidamente, posições de desta que, inversamente ao que ocorre com mulheres em profissões masculinas. (ROSEMBERG, 2001, p. 56).

No diretório de pesquisa, quem pesquisa o quê em Educação: 1998, analisou “manualmente cada uma das 490 fichas que integram o diretório, identificando aquelas em que pesquisadores empregam, [...] palavra-chave as-

sociada ao tema estudos sobre mulher/relações de gênero” (ROSEMBERG, 2001, p. 60).

Rosemberg (2001) identificou que as revistas acadêmicas trabalhavam em duas perspectivas: “o tratamento dado por duas revistas especializadas em educação, ao tema mulher e relações de gênero; a forma como revistas especializadas em estudos feministas tratavam o tema Educação” (ROSEMBERG, 2001, p. 62).

A questão mais relevante identificada pela autora tratou da produção relacionada à educação, mulher e gênero, com o objetivo de abordar a existência de alteração ou não do cenário dos estudos nos anos 1990 em relação à anterior, foi a identificação de que “talvez essa retaguarda ainda pouco estruturada explique, a pobreza das análises de situação, a serem atingidas no plano das políticas sob a ótica da igualdade de oportunidades de gênero” (ROSEMBERG, 2001, p. 65).

O objetivo da revisão da literatura/estado da arte realizada por Diniz e Foltran (2004) foi descrever o perfil dos pesquisadores e de temas sobre gênero e feminismo, a partir de artigos publicados na Revista Estudos Feministas (FEF). Esta revista se consolidou como uma das mais importantes sobre a temática na América Latina, como o objetivo de “[...] ser um instrumento educativo e político de difusão das pesquisas acadêmicas em gênero e feminismo, com a pretensão de ser também um veículo de formação para os movimentos de mulheres” (DINIZ; FOLTRAN, 2004, p. 246).

Os autores usaram recorte temporal de 1992 a 2002, e justificaram a seleção conforme a organização da revista. As seções estudadas nos volumes foram: editorial, artigos, dossiês. No primeiro caso, por se constituir espaço no qual as editoras resumem a informações e acentuam pontos de vista; no segundo porque artigos representam “[...] o que há de melhor e de mais ativo na demanda espontânea da pesquisa em gênero e feminismo no Brasil, sendo, por isso, um excelente indicativo sobre quais são os caminhos percorridos pela pesquisa de gênero e feminismo no país” (DINIZ; FOLTRAN, 2004, p. 247); e dossiês porque tais representam as intencionalidades da revista no sentido dos temas que escolhia promover, “[...] além de ser um espaço inicialmente pensado para ser destinado à publicação de estudos realizados por feministas mili-

tantes ou ligadas a movimentos sociais, mais do que de feministas acadêmicas” (DINIZ; FOLTRAN, 2004, p. 247).

Os resultados da revisão indicaram “uma concentração nas seguintes temáticas: saúde, reprodução e sexualidade (25%); etnia (20%); gênero (15%); feminismo (15%) e política (10%)” (DINIZ; FOLTRAN, 2004, p. 250). Segundo os autores, os procedimentos metodológicos utilizados permitiram afirmar que a produção da REF resulta das atividades femininas.

Os resultados da referida produção do estado da arte, segundo os autores, foi fortalecer “[...] as pesquisas e a produção intelectual sobre o tema no Brasil” (DINIZ; FOLTRAN, 2004, p. 251).

Vianna, Carvalho, Schilling e Moreira (2011), com recorte temporal nos anos de 1990 a 2006, com “[...] objetivo central atualizar, sistematizar e difundir o conhecimento acumulado na produção acadêmica nacional sobre a educação formal em seu cruzamento com as temáticas de gênero, mulheres e/ou sexualidade” (VIANNA; CARVALHO; SCHILLING; MOREIRA, 2011, p. 527) estipularam encontrar avanços nas produções que articulem gênero à sexualidade e à educação. Buscaram informações na Base da CAPES e na Base Ariadne, porém, não encontraram. Desta forma, procuram identificar e provocar novas questões e pesquisas na exploração de temáticas de sexualidade e gênero quando envolvidas com a política, organização escolar, seu funcionamento, currículos, resultados, e outras possibilidades.

A revisão de literatura levou à organização de um banco nacional de dados com um mil e duzentos e treze títulos e resumos (teses, dissertações e artigos), com finalidade fornecer informações para novas pesquisas e políticas públicas destinadas a superar as desigualdades de gênero na área da educação.

Entre os desafios elencados, as autoras destacaram o caráter teórico, referente à compreensão dos conceitos no levantamento; o caráter metodológico, que se refere à “[...] definição dos descritores em um contexto investigativo que já indicava a ausência de indicadores precisos para a indexação de títulos, fruto da dispersão e da frágil integração entre os trabalhos” (CARVALHO; SCHILLING; MOREIRA, 2011, p. 527).

Por sua vez, o estado da arte realizado por Carvalho (2012), com objetivo de conhecer o debate acumulado no Brasil sobre as diferenças de desempenho escolar entre os sexos, como recorte temporal entre os 1993 a 2007, a partir da base CAPES de teses e dissertações, localizou noventa e quatro resumos. A partir destes, acessou oitenta e três textos na íntegra, que após a leitura/fichamento levou exclusão de doze. Assim, a base final do estudo reportou-se a setenta e uma teses e dissertações.

Carvalho (2012) explorou setenta e um estudos por eixos, que organizou de forma concêntrica. “Partindo do grupo mais externo de pesquisa, que trouxeram aportes esparsos, e finalizando com aquelas que parecem ter trazido maiores contribuições para a compreensão do tema” (CARVALHO, 2012, p. 148). Assim, o seu estado da arte discutiu vinte e um trabalhos referidos a sociologia da educação, por considerar que tais achados explicam com maior propriedade a compreensão do sucesso escolar de mulheres.

Adotou como metodologia a divisão do estudo em estudos quantitativos, Ensino Médio e Ensino Superior e séries iniciais do Ensino Fundamental. Quanto à categoria estudos quantitativos relatou a pesquisadora:

Sete dissertações discutiram, por meio de pesquisas demográficas ou analisando resultados de testes padronizados, questões relativas ao desempenho escolar, considerando, entre outras variáveis, o sexo dos sujeitos. Duas delas são provenientes da área de Educação, duas da Psicologia, duas da Matemática e uma dos Estudos Populacionais: Machado (2004) e Santos (2006) utilizaram os resultados da PNAD 1999; Miranda (2006), Andrade (2005), Andrade (2002) e Freire (2002) estudaram os resultados do SAEB, e Artes (2005) analisou os resultados do Indicador Nacional de Alfabetismo Funcional (INAF). (CARVALHO, 2012, p. 148-149).

Quanto aos estudos na área do Ensino Médio, os relatos de pesquisas se apresentam densos, mas não extensos. As produções sobre o desempenho escolar no Ensino Médio analisadas são densas no sentido de serem complexas, porém, não extensas, relacionadas ao período estudado. Identificou que “entre 2002 e 2007 foram defendidas sete dissertações (todas da área de Educação) e duas teses (uma da Educação e uma de Letras)” (CARVALHO, 2012, p.

152), que abordam as diferenças do desempenho escolar de meninos e meninas nas séries iniciais do Ensino Fundamental. São estudos qualitativos, realizados em escolas públicas que atendem principalmente crianças de origem popular, e mais voltados para as opiniões e para as atitudes das professoras. Apresentam essas diferenças como: a indisciplina dos meninos que seria a principal causa de suas dificuldades escolares; e que os comportamentos advêm da família, usam do termo vêm de casa.

Segundo a autora, uma melhor compreensão das diferenças de desempenho escolar entre os sexos exige “[...] um aprofundamento teórico que permite uma apreensão mais complexa e não hierárquica das relações de gênero no campo simbólico, para além das relações entre homens e mulheres” (CARVALHO, 2012, p.159). O aprofundamento teórico refere-se a subsídios que permitam aos professores perceber a ruptura de pensamentos do que é feminino e masculino e identifiquem a necessidade de mudar a compreensão como decorrente de diferenças de classe, raça, culturas e que multipliquem as formas de compreender a construção do estar homem e do estar mulher.

Vianna (2012), em seu estudo das produções acadêmicas a respeito da introdução do gênero e sexualidade nas políticas públicas da educação no Brasil, com recorte temporal de 1990 a 2009, chegou à leitura de setenta e três resumos e cinquenta e dois trabalhos completos. Na primeira leitura, a pesquisadora identificou:

Uma passagem do sexo ao gênero na produção acadêmica examinada, mostrando que a área da educação passa a trilhar as pistas oferecidas pelos estudos feministas, que procuravam minar o poder de um modelo explicativo, calcado na imutabilidade das diferenças entre homens e mulheres; e recorre, em seguida, ao gênero, para referir-se à construção social das diferenças entre os sexos ao longo da história. (VIANNA, 2012, p. 129).

A autora analisou que os materiais evidenciaram dois movimentos analíticos. O primeiro, sob a influência de Joan Scott<sup>3</sup>, conceituando gênero

---

<sup>3</sup>Joan Scott nasceu em 18 de dezembro de 1941. Professora da Escola de ciências Sociais do Instituto de altos Estudos de Princeton, Nova Jersey. Especialista na história do movimento

como poder. Outro a crítica a Judith Butler<sup>4</sup> denominada de matriz heterossexual. O desafio das fontes, que foram investigadas, sobre o contexto de elaboração das políticas e a reflexão acadêmica sobre o tema abordam que o Estado e os movimentos sociais “nas suas respectivas pluralidades, articulam-se e/ou disputam acirradamente interesses sociais que se fazem presentes nesse processo” (VIANNA, 2012, p. 130). ‘

O estudo de Freitas e Luz (2017) apresentou no estado da arte dos estudos sobre gênero, ciência e tecnologia no Brasil, a partir de artigos publicados em periódicos, como recorte temporal de 2000 a 2015. Justificam, a partir de “uma articulação entre os estudos de gênero, ciência e tecnologia, por intermédio da análise de artigos publicados em periódicos nacionais, buscando verificar confluências, avanços e desafios para a área” (FREITAS; LUZ, 2017, p. 02).

As fontes selecionadas formam quatro bases: Cadernos Pagu (Núcleo de Estudos de Gênero – Pagu, da Universidade Estadual de Campinas); 2. Revista Estudos Feministas – REF (Universidade Federal de Santa Catarina); 3. Cadernos de Gênero e Tecnologia – CGTec (Universidade Tecnológica Federal do Paraná); 4. Revista Feminismos – Feminismos (Universidade Federal da Bahia). (FREITAS; LUZ, 2017, p. 06-07).

A seleção deu-se pelos seguintes critérios: os Cadernos Pagu e Revista Estudos Feministas pela condição de melhor classificação pela CAPES (Qualis A1) e por serem as mais antigas (a primeira de 1993 e a segunda de 1992). A “Feminismos” por se constituir na primeira revista temática de programa de pós-graduação no Brasil específico de gênero. Por fim, Cadernos de Gênero e Tecnologia, por sua origem em grupo de estudos específico no tema gênero e tecnologia.

Os conceitos perseguidos em tal revisão levaram resultaram na seleção de estudos que abordassem a temática ciência e tecnologia. Assim, por intermédio do título, resumo e palavras-chave, selecionaram 43 textos. No que diz

---

operário no século XIX e do feminismo na França. É uma das mais importantes teóricas sobre o uso da categoria gênero em história.

<sup>4</sup>Judith Butler nasceu no dia 24 de fevereiro de 1956, em Cleveland, Ohio. É professora da Universidade da Califórnia. Expoente da Teoria Queer, a filósofa defende que gêneros são construções sociais.

respeito a metodologia/procedimentos identificados, evidencia-se que os estudos foram analisados por quatro categorias: o histórico; sociológico; pedagógico e epistemológico.

Os autores relatam os desafios e limites do tema analisado que “estavam focados nos estudos sobre/pela mulher; discussões sobre diversidade sexual e relações étnico-raciais e gênero não foram contempladas nesses estudos” (FREITAS; LUZ, 2017, p. 20).

Os seis estudos de revisão analisados na presente seção indicam questões a serem enfrentadas nos estudos de gênero são eles: deve-se incluir aos estudos sobre a temática, a mulher e o homem em suas múltiplas relações; desfocar o estudo sobre/pela mulher e focar nas diversidades de gênero; enfrentar a pobreza das análises na perspectiva política sobre igualdade e oportunidade de gênero; discutir a compreensão de estar homem e mulher; não só estudar as políticas públicas de gênero, mas construir propostas; produzir estudos que articulem o gênero, sexualidade e a educação.

Quanto aos avanços entre os estudos de gênero, num comparativo entre os anos 1990 e 2000, observa-se um fortalecimento das pesquisas sobre a temática no Brasil. As diferenças mais marcantes estão na maneira em que cada autor em seu estudo procurou explicar gênero. Três estudos abarcam tanto os anos 1990 quanto os anos 2000 são os de: Diniz e Foltran (2004); Carvalho (2012) e Vianna (2012). O primeiro descreve o perfil das autoras e de temas dos artigos publicados na REF, (Revista estudos feministas) de 1992 até 2002. Os principais assuntos discutidos nesta temática foram: divisão sexual do trabalho, análise literária e teoria feminista. Desta maneira, explicam as questões de gênero da seguinte maneira: “Os temas da divisão sexual do trabalho e da reprodução estiverem presentes na história da REF, sendo que o último, além de ter sido assunto constante dos artigos, foi também tema de dossiês, o mesmo não tendo ocorrido com o primeiro tema” (DINIZ; FOLTRAN, 2004, p. 250). A divisão sexual do trabalho “cobre, artigos sobre trabalho feminino, mulheres nas Forças Armadas, domicílios chefiados por mulheres e mercado de trabalho” (DINIZ; FOLTRAN, 2004, p. 250). O segundo é um estado da arte dos anos 1993 – 2007, explicou gênero num ponto de vista teórico. Evidenciaram-se poucos estudos que articulam gênero e determinantes sociais. O terceiro é

resultado da produção acadêmica sobre a introdução do gênero e da sexualidade nas políticas públicas de educação no Brasil do ano de 1990 e 2009. Explicou gênero por dois movimentos analíticos: do conceito de gênero, de Joan Scott, e, na crítica de Judith Butler.

Rosemberg (2001) analisou três fontes, com recorte em pesquisas apenas dos anos 1990. Segundo a autora, naquele período, as questões de gênero são explicadas evidenciando que as revistas femininas dão pouco espaço para o tema. Os estudos dos anos 2000 são de: Freitas e Luz (2017) e Vianna; Carvalho; Schilling; Moreira (2011). O primeiro nominou de quarta frente de estudos de gênero, ciência e tecnologia: a da transcendência epistemológica. Nesta fase, explicam que as questões de gênero ajudam a resgatar as conquistas das mulheres cientistas, contribuindo para que na história estejam também as mulheres. O segundo, explica gênero na educação formal em cruzamento com temáticas de gênero: mulheres e sexualidade.

## **A abordagem de gênero nas pesquisas com foco nos contextos escolar e político**

A discussão da temática de gênero, seja qual for o enfoque, demanda pensar a questão como resultado de relações de poder. Desta maneira, o tema gênero foi definido nos estudos de Scott (1990, p. 92) como sendo: "uma das referências recorrentes pelas quais o poder político tem sido concebido, legitimado e criticado". O poder político é em essência uma relação de classe, no sentido econômico do termo relativo a quem controla os bens em uma determinada sociedade. De forma hegemônica, se a história da sociedade tem sido a história da luta de classes, no interior destas, tem sido também a história da luta gênero.

Gênero envolve relações de poder, controle e influência sobre o outro, por meio de diferentes meios físicos, psicológicos, morais e legais. Assim, o estudo de tal temática exige que seja considerada no contexto da organização social-econômica e das relações de poder. Sem o que, sua compreensão fica li-

mitada e superficial. Nesse processo, foi tornada hegemônica a perspectiva naturalista de organização social, referenciando-se na condição de gênero, que

Não apenas faz referência ao significado da oposição homem/mulher; ele também o estabelece. Para proteger o poder político, a referência deve parecer certa e fixa, fora de toda construção humana, parte da ordem natural ou divina. Desta maneira, a oposição binária e o processo social das relações de gênero tornam-se parte do próprio significado de poder; pôr em questão ou alterar qualquer de seus aspectos ameaça o sistema inteiro. (SCOTT, 1990, p. 92).

Segundo o autor supracitado, o conceito e relações de gênero foram construídos no bojo de concepções de poder que colocaram em oposição homem e de mulher. Assim, historicamente, a maneira como se apresenta a construção da relação de gênero, faz parte das relações de poder. Esta construção ocorre para mulheres e homens. Neste sentido, Louro (2008, p.18) afirma que “nada há de puramente ‘natural’ e ‘dado’ em tudo isso: ser homem e ser mulher constitui-se em processos que acontecem no âmbito da cultura”, e das relações de poder que geram, permeiam e promovem cultura conservadora.

Na presente seção abordam-se as pesquisas selecionadas com a finalidade de responder a problemática desta construção que é: como a questão de gênero tem sido abordada nas pesquisas na perspectiva escolar e política? Estudou-se dez artigos, sobre os quais são apresentados brevemente, na sequência indicou-se as semelhanças e de diferenças entre os artigos evocados nas revisões da literatura tradas na seção anterior.

Identificou-se dez artigos que abordam gênero com foco no contexto escolar e político. Valores e desigualdades de gênero: mediações entre participação política e representação democrática (ARAÚJO, 2016); trajetórias políticas e chances eleitorais: analisando o “gênero” das candidaturas em 2010 (ARAÚJO; BORGES, 2013); desnaturalizando os gêneros: uma análise dos discursos biológicos (FREITAS; CHAVES, 2014); gênero e assistência: considerações histórico-conceituais sobre práticas e políticas assistenciais (MARTINS, 2011); financiamento eleitoral, representação política e gênero:

uma análise das eleições de 2006 (SACCHETE; SPECK, 2012); as jornadas de junho no Brasil e a questão de gênero: as idas e vindas das lutas por justiça (SARMENTO; REIS; MENDONÇA, 2017); gênero, raça, desigualdades e políticas de ação afirmativa no ensino superior (BARRETO, 2015); diferenças de gênero nas preferências disciplinares e profissionais de estudantes de nível médio: relações com a educação em ciências (JÚNIOR; REZENDE; OSTERMANN, (2011); desigualdades de gênero na carreira acadêmica no Brasil (MOSCHKOVICK; ALMEIDA, 2015); territórios da casa, matemática e relações de gênero na EJA (SOUZA; FONSECA, 2013).

Destes, em seis deles promoveu-se a discussão de questões relativas a gênero enquanto relações de poder na política. Dois desses artigos foram publicados em revistas que apresentam dossiês (ARAÚJO, 2016) e (ARAÚJO; BORGES, 2013), e apresentam reflexão e identificam a relação de gênero em espaços sociais, a presença da mulher na política e como o gênero repercute no perfil dos eleitos e não eleitos. Tais pesquisas abordam gênero associando-o a papéis sexuais distintos e típicos do que é para mulheres e do que é para homens, dos candidatos entrevistados percebeu-se que essas associações se expressam fortes nos processos de ressignificações da política enquanto espaço de militância.

Da parte das mulheres, o essencialismo parece ser ainda forte e bastante arraigado. Tal essencialismo naturaliza seus lugares como “bons”, em contraposição a um mundo político que se apresentaria como problemático. Isso, talvez, constitua-se em uma forma de conferir-lhes legitimidade na demanda por ingresso. E, da parte dos homens, persistem as ideias de “pureza” e de “menor agressividade”, aspectos que, entretanto, não seriam muito favoráveis à disputa no mundo da política; um mundo contaminado por outros valores e dinâmicas. Podemos indicar que os homens tendem a ter uma percepção mais opaca das desigualdades do que as mulheres, fato natural diante das características das relações de gênero. (ARAÚJO; BORGES, 2013, p. 86).

Os autores evidenciaram que a resposta para as campanhas de sucesso, especialmente as iniciais, podem estar ligadas a dois fatores: trajetória po-

lítica (homens) e redes sociais (mulheres). “A tendência à inércia eleitoral dada pela chance de reeleição seria o desdobramento, ainda assim menos favorável às mulheres” (ARAÚJO; BORGES, 2013, p. 86).

Uma estratégia abordada no estudo refere-se à construção de um equilíbrio entre os sexos nas condições dos pleitos eletivos. De acordo com Araújo e Borges (2013), os desdobramentos atuais ainda se apresentem expressivamente desfavoráveis às mulheres, como se pode verificar:

- (i) pelos partidos, via consolidação de experiência partidária; (ii) por ocupação de cargos públicos; (iii) por formas de associação, de militância e de estruturação de redes ou representatividade pessoal e, sobretudo, (iv) pela disponibilidade de recursos financeiros, pessoais ou oriundos de redes e doações. (ARAÚJO; BORGES, 2013, p. 87).

De acordo com Araújo e Borges (2013), o sucesso e o não sucesso do feminino nos pleitos eleitorais são decorrentes dos contextos em que estão inseridos. Araújo (2016), ao explicar essa desigualdade entre os gêneros em espaços sociais, evidenciou que a presença das mulheres nesses processos está ligada a valores morais e políticos. Valores morais, no sentido de participação e representação, os valores políticos se referem aos valores abstratos sobre a democracia que se amplia entre as mulheres. “Em suma, a participação política tende a ser afetada por valores em diversos ângulos, inclusive aqueles que operariam como filtros seletivos anteriores à própria participação” (ARAÚJO, 2016, p. 56). Alertam que a cultura política se compõe “de e por percepções sobre atributos e lugares mais ou menos apropriados, segundo a pertença de sexo e o gênero” (ARAÚJO, 2016, p. 18). Ou seja, no momento das eleições, o perfil dos eleitos e não eleitos não destoam segundo o gênero, justificados por haver uma dupla filtragem entre mulheres.

Dos artigos analisados, quatro artigos foram publicados nos periódicos: Revista de Sociologia e Política; Revista Ensaio; Revista História Ciências Saúde Manguinhos; Revista Opinião Pública; Revista Brasileira de Ciência Política. Os trabalhos de Freitas e Chaves (2014) e Martins (2011) evidenciam que gênero é uma construção que nasce das relações de poder e das hierarquias sociais.

Martins (2011) propôs uma análise tanto teórica quanto histórica a respeito do tema, ligando com a noção de assistência. A união da política com os cuidados, segundo ele, pode esclarecer confusas maneiras em que o gênero se constitui politicamente no Brasil.

Freitas e Chaves (2013) explicaram que o processo de construção de gênero nos discursos da área científica e biológica. Fundamentaram-se em Scott (1990) para tratar de gênero como relação de poder. Desta forma, postula um espírito de desconfiança ao que se tem denominado de natural. As questões de gênero impostas nos currículos escolares brasileiros precisam ser questionadas. A fonte de investigação empírica eleita no estudo foi a revista *Superinteressante*, recortando-se as publicações durante o ano de 2008 (de janeiro a dezembro), totalizando treze edições que trataram da identidade de gênero a partir do discurso biológico. No que diz respeito aos questionamentos a que devem ser submetidos os currículos, Freitas e Chaves (2013) asseveraram que “isso envolve aprender as habilidades de desconstrução, de compreender como os textos culturais funcionam, como eles significam e produzem significados” (FREITAS; CHAVES, 2013, p. 147). Importante atenta-se em como tais publicações concebem e constituem a moral nos leitores.

O artigo de Sacchete; Speck (2012) foi destinado a analisar o desempenho da mulher na política em relação ao financiamento que lhe é destinado. Sacchete e Speck (2012) aferiram que no que se refere ao financiamento de campanhas de mulheres em relação ao financiamento de campanhas de homens

Tanto na análise dos dados agregados como na análise individual, os resultados foram reveladores. As mulheres recebem menos recursos do que seus colegas, qualquer que seja a situação. Adicionalmente, a diferença permanece na medida em que os valores se aproximam de um patamar que viabiliza o sucesso das campanhas. Juntando as duas análises, sobre a importância do dinheiro e a desvantagem financeira das mulheres, chegamos à conclusão de que o financiamento eleitoral é um dos principais fatores que explica o baixo desempenho eleitoral das mulheres. (SACCHETE; SPECK, 2012, p. 195).

Os autores comparam a arrecadação para a campanha eleitoral de 2006 entre homens e mulheres. Neste trabalho de comparação, evidenciaram a necessidade de mais estudos para entender essa diferença entre os gêneros, no campo da disputa política.

O estudo de Sarmiento; Reis; Mendonça (2017) evidenciam que o confronto político é palco da reprodução da desigualdade estrutural. Analisaram gênero nas manifestações de 2013, e as estratégias para o enfrentamento das desigualdades entre os gêneros. O trabalho foi assentado em três matrizes teóricas: na discussão das teorias dos movimentos sociais que tem como objetivo oferecer insumos para a compreensão de conflitos políticos; na teoria do reconhecimento que alimenta a discussão sobre os fundamentos morais das lutas políticas na transformação das gramáticas sociais e a dimensão paradoxal de certos avanços conquistados; na leitura feminista sobre o conceito de autonomia que permite refletir sobre o potencial pedagógico das lutas e o esforço de mulheres.

Os autores concluíram que a noção de justiça está mais próxima de um emaranhado de fios descontraídos do que de um pacote definido de soluções. Sendo assim, “não há outro caminho para seu fortalecimento que não a luta democrática permanente para alterar disposições sempre temporárias deste emaranhado” (SARMENTO; REIS; MENDONÇA, 2017, p. 122).

Foi possível observar em tais estudos publicados em Revista de Sociologia e Política, que as estratégias de enfrentamento das desigualdades demandam considerar as questões mais amplas de poder constituídas na sociedade e naturalizadas. As pesquisas demonstram que gênero resulta e encontra-se envolto à perspectivação política de determinada sociedade, com problematizações como gênero em espaços sociais; discussões de papéis (o que é de mulher e o que é de homem); gênero e as construções sociais; questões de justiça e igualdade de gênero e a importância do fortalecimento com uma luta democrática.

Quatro artigos encontrados nos periódicos: Revista de Ciência Política; Revista Ensaio; Revista Ciências Sociais e Revista Cadernos de Pesquisa abordam gênero na perspectiva do espaço escolar. O artigo de Barreto (2015) reflete a necessidade de pensar as instituições de ensino superior de forma

global, considerando a articulação de desigualdades com foco na classe, raça e gênero. Apresenta uma breve revisão de literatura a respeito da desigualdade racial e de gênero no ensino superior, e as políticas de igualdade. Descreve a situação na Universidade Federal da Bahia quanto à distribuição dos docentes, e conclui que as disparidades de raça e gênero devem ser critérios fundamentais ao se discutir as políticas de promoção da igualdade. Estas políticas devem combater, no campo científico e no ensino superior, as desigualdades de gênero.

Júnior; Rezende; Ostermann (2011) investigaram as diferenças de gênero no discurso de estudantes a respeito das suas preferências por profissões e disciplinas. A contribuição da pesquisa foi evidenciar que estudos futuros devem discutir sobre gênero no contexto escolar, para não se promover algo estipulado e denominado como natural. Os autores usaram como procedimento metodológico o questionário, com cinco perguntas abertas com a finalidade de evocar o discurso de estudantes sobre dois tópicos relacionados ao gênero: “preferência por disciplinas escolares (duas questões) e escolhas profissionais (três questões)” (JÚNIOR; REZENDE; OSTERMANN, 2011, p. 124). As questões foram formuladas de forma que os estudantes pudessem expressar os sentimentos e opiniões com informalidade.

O questionário foi aplicado por estudantes de licenciatura em Física em três escolas de Ensino Médio: 127 estudantes do Colégio de Aplicação de uma instituição federal de Ensino Superior; 108 estudantes de um colégio militar; e 127 estudantes de uma escola pública situada em um bairro de classe média. Destes 362 estudantes, 196 eram do sexo feminino e 166 do sexo masculino. Todos tinham entre 14 e 18 anos de idade. (JÚNIOR; REZENDE; OSTERMANN, 2011, p. 124).

As preferências de disciplinas foram evidenciadas no questionário analisando os “estilos de linguagem empregados pelos alunos quando abordam o cotidiano revelou que os enunciados das meninas são geralmente mais dialógicos que os enunciados dos meninos” (JÚNIOR; REZENDE; OSTERMANN, 2011, p. 131). Assim associaram o discurso dialógico às diferenças com que meninos e meninas se relacionam com o conhecimento. A análise do discurso sobre

suas preferências profissionais mostrou diferenças quanto a satisfação pessoal e compromisso social.

Na satisfação pessoal, “os meninos se mostraram mais preocupados com o salário e a estabilidade no emprego” (JÚNIOR; REZENDE; OSTERMANN, 2011, p. 132). No compromisso social, “foi possível perceber que as meninas não somente optam com mais frequência por carreiras orientadas a pessoas, mas desenvolvem seus enunciados de maneira mais comprometida” (JÚNIOR; REZENDE; OSTERMANN, 2011, p. 132). Os meninos se mostraram comprometidos com princípios universais abstratos. A análise dos dados obtidos permitiu uma compreensão de como as disparidades de gênero moldam o discurso escolar no que diz respeito das preferências de disciplinas e profissões.

O artigo de Moschkovich e Almeida (2015) dedicou-se a examinar a contribuição das relações de gênero na estruturação da carreira docente na universidade pública – Universidade Estadual de Campinas. O objetivo foi analisar a carreira da gestão, no Brasil, de uma universidade, a fim de entender como o gênero interfere no acesso. Explicaram a existência gritante da desigualdade no campo da gestão.

O estudo foi dividido em duas etapas. A primeira consistiu em calcular a proporção de docentes por sexo. A segunda “foi verificar se haveria uma menor proporção de docentes do sexo feminino no nível mais alto” (MOSCHKOVICH; ALMEIDA, 2015, p. 760). Os resultados foram:

No que diz respeito à distribuição de docentes de cada sexo pelas diferentes áreas do conhecimento, constatamos que a desigualdade relatada pela literatura especializada se verifica também nesse caso. Notamos, além disso, que as docentes do sexo feminino estão mais concentradas em algumas áreas disciplinares, enquanto seus colegas encontram-se presentes em um número maior delas. Em seguida, mostramos que as chances de chegada ao nível mais alto da carreira e aos cargos de gestão variam significativamente entre as diferentes unidades. Por fim, identificamos as áreas em que as docentes do sexo feminino estão em vantagem e aquelas nas quais estão em desvantagem no acesso a essas posições. (MOSCHKOVICH; ALMEIDA, 2015, p. 769).

De 556 docentes na área de Ciências Biomédicas 238 são do sexo feminino e 318 masculinos; em Ciências Humanas, de 404 docentes, 170 são do sexo feminino e 234 do sexo masculino; em Ciências da Engenharia, de 529 docentes, 136 do sexo feminino e 393 masculinos; em Ciências Exatas 66 do sexo feminino e 232 do sexo masculino, num total de 298 docentes.

Os resultados mostraram que docentes do sexo feminino estão mais concentradas em algumas áreas disciplinares e colegas do sexo masculino encontram espalhados atingindo um número maior de áreas. Ambos se encontram nos cursos de Ciências Biomédicas, Ciências Humanas, Ciências da Engenharia e Ciências Exatas, com os colegas do sexo masculino encontram-se espalhados pelos cursos das grandes áreas.

Souza e Fonseca (2013) buscaram situar as relações entre gênero e matemática na educação de jovens e adultos, problematizando os comportamentos apreendidos do ser mulher. A casa e escola foram tornados espaço de produção de verdades. “Se convertem em espaços de produção de verdades, que se enredam e nos enredam em múltiplas e infinitas práticas implicadas na fabricação de modos de vida para nós, mulheres e homens, habitantes deste mundo contemporâneo” (SOUZA; FONSECA, 2013, p. 258).

O propósito foi remeter-se às práticas de mulheres e homens, “que se estabelecem no cuidado, no controle e na organização da casa, para analisar relações de gênero e matemática que ecoam na escola, naturalizando e institucionalizando desigualdades” (SOUZA; FONSECA, 2013, p. 259). O material empírico que subsidia a análise foi coletado em uma associação de catadores de material reciclável. Ofereceram-se oficinas pedagógicas.

Segundo os autores, as questões de gênero são abordadas nas pesquisas de perspectiva escolar focalizando as desigualdades de gênero. As problematizações que aparecem foram: desigualdades de classe, raça e gênero; diferenças de gênero na escolha de profissões e disciplinas; como se dá o acesso à carreira acadêmica por gênero; relações de gênero na educação de jovens e adultos.

Os dez textos analisados indicam questões a serem enfrentadas nos estudos de gênero como estudos sobre campanhas eleitorais abordando estratégias de equilíbrio entre os sexos, e articulando a construção das diferenças

entre os gêneros no campo da disputa política; questões de gênero impostas nos currículos, em especial no currículo oculto; estudos que abordem políticas de promoção de igualdade combatendo a desigualdade de gênero; gênero no contexto escolar que evidenciam e desconstruam o protocolo da naturalização.

A semelhança dos estudos desta seção com a da anterior é que, independente do enfoque, discutir gênero implica pensar as relações de poder. As diferenças estão ligadas na maneira que os estudos explicam a temática. Exemplificando as revisões de literatura explicam ter evidenciado poucos estudos que articulam gênero e determinantes sociais, ou que as questões de gênero ajudam a resgatar as conquistas das mulheres. Na perspectiva política e escolar os focos são essencialmente as desigualdades oriundas da constituição das relações de poder.

## **Considerações finais**

Ao perseguir a proposta de mapear o campo temático estudos de gênero no contexto escolar e político, com recorte em produções de estado da arte dos anos de 2001 a 2017, a partir da *Scientific Electronic Library Online* – SciELO, bem como, realizar revisão sobre o que se tem pesquisado sobre gênero no Brasil, na perspectiva escolar e política, de forma a se salientar os tipos de investigação, processos metodológicos e fontes, e encontrar resposta para a questão: como a questão de gênero tem sido abordada nas pesquisas enquanto relações de poder perspectivadas na realidade escolar (contexto escolar) e na ocupação do espaço político pelas mulheres, evidenciou-se.

Quanto à primeira seção, as revisões da literatura analisadas esclarecem que os recortes temáticos do tema gênero tem se concentrado em assuntos como divisão sexual do trabalho, análise literária e teoria feminista, com pouca discussão dos determinantes socioeconômicos nas relações de gênero. As mesmas indicam questões a serem enfrentadas nos estudos: inclusão da mulher e do homem em suas múltiplas relações; desfocar o estudo sobre/por/pela mulher e focar nas diversidades de gênero; enfrentar a pobreza das análises na perspectiva política sobre igualdade e oportunidade de gênero; discutir a compreensão de estar homem e mulher; não só estudar as políticas pú-

blicas de gênero, mas construir propostas; produzir estudos que articulem o gênero, sexualidade e a educação.

A segunda seção revelou que discutir gênero implica pensar as relações de poder. As diferenças indicadas estão ligadas na maneira que os estudos explicam a temática: as revisões de literatura explicam ter evidenciado poucos estudos que articulam gênero e determinantes sociais. Na perspectiva política e escolar, o foco é essencialmente as desigualdades, com forte tendência naturalizadora. Embora, se identifique um movimento de explicar as desigualdades como oriundas de constituição histórica das relações de poder, que engendram culturas de permanência que precisam ser analisadas.

Assim, as pesquisas com recorte no espaço e tempo escolar, bem como na política demandam considerar gênero como poder; gênero aliado a política; gênero na formação docente; gênero e as desigualdades dos sexos, de forma a se questionar concepções e tratamento de gênero presente nos currículos escolares brasileiros, bem como nas relações políticas institucionais.

## Referências

ARAÚJO, Clara. **Valores e desigualdades de gênero**: mediações entre participação política e representação democrática. Porto Alegre, 2016. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.15448/1984-7289.2016.2.23143>. Acesso em: 13 set. 2019.

ARAÚJO, Clara; BORGES Dorian. **Trajetórias políticas e chances eleitorais**: analisando o “gênero” das candidaturas em 2010. Curitiba, 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rsocp/v21n46/05.pdf>. Acesso em: 13 set. 2019.

BARRETO, Paula Cristina da Silva. **Gênero, raça, desigualdades e políticas de ação afirmativa no ensino superior**. Brasília, 2015. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/0103-335220151603>. Acesso em: 10 set. 2019.

CARVALHO, Marília Pinto de. **Teses e dissertações sobre gênero e desempenho escolar no Brasil (1993–2007)**: um estado da arte. Campinas, 2012. Dispo-

nível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-73072012000100010>. Acesso em: 10 set. 2019.

DINIZ, Debora; FOLTRAN, Paula. Gênero e feminismo no Brasil: uma análise da **Revista Estudos Feminista**. Florianópolis, 2004. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-026X2004000300026>. Acesso em: 25 set. 2019.

FREITAS, Lilliane Miranda; CHAVES, Sílvia Nogueira. **Desnaturalizando os gêneros**: uma análise dos discursos biológicos. Belo Horizonte 2013. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/1983-21172013150308>. Acesso em: 25 set. 2019.

FREITAS, Lucas Bueno de; LUZ, Nanci Stancki da. **Gênero, Ciência e Tecnologia**: estado da arte a partir de periódicos de gênero. Campinas, 2017. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/18094449201700490008>. Acesso em: 25 set. 2019.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6ª. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

JÚNIOR, Lima Paulo; REZENDE, Flávia; OSTERMANN, Fernanda. **Diferenças de gênero nas preferências disciplinares e profissionais de estudantes de nível médio**: relações com a educação em ciências. Belo Horizonte, 2011. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/1983-21172011130208>. Acesso em: 10 set. 2019.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero e sexualidade**: pedagogias contemporâneas. ProPosições, v.19, n. 2 (56), maio/ago. 2008.

MARTINS, Ana Paula Vosne. **Gênero e assistência**: considerações histórico-conceituais sobre práticas e políticas assistenciais. Rio de Janeiro 2011. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-59702011000500002>. Acesso em: 25 set. 2019.

MOSCHKOVICH, Marília; ALMEIDA, Ana Maria Francis. **Desigualdades de Gênero na Carreira Acadêmica no Brasil**. Rio de Janeiro, 2015. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/00115258201558>. Acesso em: 25 set. 2019.

ROSEMBERG, Fúlvia. **Caminhos cruzados**: educação e gênero na produção acadêmica. São Paulo, 2001. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S1517-97022001000100004>. Acesso em: 10 set. 2019.

SACCHET, Teresa; SPECK, Bruno Wilhelm. **Financiamento eleitoral, representação política e gênero**: uma análise das eleições de 2006. Campinas, 2012. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-62762012000100009>. Acesso em: 13 set. 2019.

SAMPAIO, Rosana Ferreira; MANCINI, Marisa Cotta. **Estudos de revisão sistemática**: um guia para síntese criteriosa da evidência científica. São Carlos 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbfis/v11n1/12.pdf>. Acesso em: 07 set. 2019.

SARMENTO, Rayza; REIS, Stephanie; MENDONÇA, Ricardo Fabrino. **As Jornadas de junho no Brasil e a questão de gênero**: as idas e vindas das lutas por justiça. Brasília 2017. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/0103-335220172203>. Acesso em: 13 set. 2019.

SCOTT, Joan Wallach. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *In: Mulher e realidade: mulher e educação*. Porto Alegre, Vozes, v. 16, n. 2, jul/dez de 1990.

SOARES, Magda Beata; MACIEL, Francisca. **Alfabetização/organização**. Brasília: MEC/INEO/COMPED/ 2000.

SOUZA, Maria Celeste Reis Fernandes de; FONSECA, Maria da Conceição Ferreira Reis. **Territórios da casa, matemática e relações de gênero na EJA**. Campinas, 2013. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0100-15742013000100013>. Acesso em: 10 set. 2019.

VIANNA, Claudia Pereira; CARVALHO, Marília Pinto de; SCHILLING, Flavia Ines; MOREIRA, Maria de Fatima Salum. **Gênero, sexualidade e educação formal no Brasil: uma análise preliminar da produção acadêmica entre 1990 e 2006**. Campinas, 2011. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0101-73302011000200016>. Acesso em: 25 set. 2019.

VIANNA, Cláudia. **Gênero, sexualidade e políticas públicas de educação: um diálogo com a produção acadêmica**. Campinas, 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/pp/v23n2/a09v23n2>. Acesso em: 13 set. 2019.